

Pelos rios que a história faz

III Encontro de História da Contabilidade da CHC-OTOC



«A história vai-se aprendendo aos poucos. São gotas de orvalho que se juntam e formam um rio. Felizes os que o sabem beber.» As palavras de Domingues de Azevedo, proferidas na sessão de encerramento do III Encontro de História da Contabilidade, exprimem na perfeição as razões que sustentam a aposta da OTOC nesta iniciativa e resumem também o que de mais significativo se passou.

A 17 e 19 de Junho, em Lisboa e Braga, respectivamente, os Técnicos Oficiais de Contas presentes nesta iniciativa da Comissão de História da Contabilidade da OTOC (CHC-OTOC) deram por bem empregar o tempo (e os euros) para ouvirem histórias e história que vêm de longe e que renascem com a persistência de um punhado de investigadores apostados em dar a conhecer aquilo que o tempo teima em tentar apagar.

De Luca Pacioli à moderna investigação em História da Contabilidade em Portugal, da introdução da numeração árabe na Europa à contabilidade monástica, o cartaz abarcou muitos séculos de acumulação de conhecimentos e dos seus inevitáveis efeitos no que hoje somos.

Apesar do vasto programa, o III Encontro iniciou-se com um minuto de silêncio em memória de António Lopes de Sá, falecido no

passado dia 7 de Junho, seguido da leitura, por Joaquim da Cunha Guimarães, da mensagem (ver caixa) que o pensador e professor luso-brasileiro tinha enviado para ser lida no Encontro.

«Há pessoas que não morrem porque a sua história é demasiado grande para se apagar. É o caso de António Lopes de Sá», sintetizou Domingues de Azevedo, antes de proceder, em termos gerais, à apresentação do evento e de salientar a excelência dos oradores. Antes do arranque das comunicações, Lúcia Lima Rodrigues, presidente da CHC, destacaria, na sua curta intervenção, o facto de a História da Contabilidade ser «uma área na qual há ainda muito para aprender», deixando uma certeza desconcertante: «A Contabilidade é a segunda profissão mais velha do mundo». A presidente da CHC lembrou ainda os bons frutos dados pelo II Encontro, que levaram à publicação do livro de Hernâni O. Carqueja (ver caixa).

As influências francesas

Coube, precisamente, a este investigador e académico dar o pontapé de saída. «O livro de M.

Barrême, em francês e os dois primeiros livros impressos, em português, sobre partidas dobradas» – assim se chamava a apresentação – confirmou a influência do livro em francês (*Traité des Parties Doubles*), de 1721, de M. Barrême, sobre os dois livros portugueses: «Mercador Exacto», de João Baptista Bonavie (1758) e «Tratado sobre as Partidas Dobradas» (1764), de anónimo que, em edição de 1793 se identifica como «um natural de Lisboa.» Mais, concluiu o orador: nos dois livros portugueses há sequências de parágrafos que correspondem à tradução literal do original francês para português. «Curioso», anotou ainda Hernâni O. Carqueja, é o facto de os autores portugueses «copiarem, por regra, parágrafos diferentes.» Porquê? Eis uma interrogação que fica em aberto, até porque, como sustentou ainda o académico, «as motivações que levaram à elaboração de cada um dos três livros parecem nada ter em comum.»

Carqueja começou por lembrar, contudo, a dificuldade, desde logo, em determinar quem foi «M. Barrême». Pai, filho, neto, genro ou, simplesmente, escola

Barrême? Olhar livros, e os seus autores, a quase 300 anos de distância não é tarefa fácil. Por isso, as dúvidas são também muitas. Quem foi Bonavie? «Ignora-se nacionalidade, profissão, onde aprendeu as partidas dobradas e a sua motivação», afiançou Hernâni Carqueja. Mais dificuldades ainda quando se trata de um «anónimo». Sabe-se pela edição de 1792/93 que se trata de «um patricio» e «um natural de Lisboa». Carqueja conduziu depois a sua investigação para o formato e organização dos livros e para o texto sobre as partidas dobradas. «As primeiras páginas da exposição de qualquer dos dois livros portugueses incluem, em tradução quase literal, sequências de parágrafos do *Traité des Parties Doubles*», salientou o orador, reforçando, uma vez mais, a ideia de ser «intrigante que sejam raros os parágrafos que são copiados para ambos os livros».

No capítulo dedicado aos conceitos e classificações, Hernâni Carqueja repescou delícias várias presentes nos três livros. Lê-se na obra de M. Barrême: «O que entra deve ao que sai»; «Quando não entra nada em minha casa, a pes-

Mensagem de António Lopes de Sá

*Prezados colegas e amigos,
No momento em que deveria estar desfrutando das honras desse já consagrado evento, impede-me o destino tal privilégio.*

Nem sempre posso estar aonde mais desejaria. Como as presenças nos casos anímicos não se confundem com as físicas, sinto-me entre vocês e assim me permito rogar-lhes que igualmente considerem. Aos eventos

da OTOC, quando convocado, sempre procurei atender com o afecto que me merecem a instituição e os grandes líderes que tem.

Trago-lhes toda a força de minha convicção nestas palavras que simbolizam o meu pensamento e solidariedade. Por obséquio dos eméritos professores que constituem a Comissão de História de Contabilidade da OTOC, Lúcia Rodrigues, Leonor Ferreira e Joaquim Guimarães

rendo-lhes a minha homenagem. Se o destino me tolhe a oportunidade da presença física, todavia, não o consegue fazer em relação à espiritual.

Trago-lhes, pois, minha palavra de fé e a integralidade do apoio, apresentando-lhes parabéns pela iniciativa, augurando-lhes proveitoso evento.

Prof. António Lopes de Sá



Hernâni Carqueja na concorrida sessão de autógrafos

soa com quem negoçoio deve ser o devedor e o que sai deve ser o credor»; «Quando não sai nada de minha casa, a pessoa com quem negoçoio deve ser credor»; «Nas negociações em que não entra nada e nas negociações em que não sai nada, é preciso consultar o bom senso para encontrar o devedor e o credor.»

Apesar de não ter sido um livro «com grande sucesso na época», como garantiu Carqueja, a verdade é que a influência da obra em análise de M. Barrême nos dois primeiros livros impressos em português é incontornável. Aliás, concluiu o orador, o «Tratado» do autor francês «assume particular importância na história da Contabilidade em Portugal.»

Um verdadeiro homem do Renascimento

Da Escócia, embora com um bom domínio do português, veio Alan Sangster, da Middlesex University Business School. Luca Pacioli, o pai do ensino da Contabilidade e uma referência para todos os profissionais da área, foi o tema escolhido por este convidado. «Um verdadeiro homem do Renascimento», foi como Sangster caracterizou o monge francisca-

no e célebre matemático italiano, nascido em Borgo San Sepolcro e que descreveu como usar as partidas dobradas. «Ele deu um forte contributo à disciplina de educação contabilística, leccionando em escolas do norte a sul da península itálica, de Veneza a Nápoles, passando por Milão, Florença e Roma», afirmou Sangster. As limitações em termos de instrumentos de ensino eram flagrantes, mas compensadas pelo facto de a maioria dos professores «ensinarem da mesma forma como tinham aprendido». O investigador escocês defendeu que na época de Pacioli o ensino era principalmente didáctico. Durante meio século, o matemático e professor dedicou a maior parte do seu tempo ao ensino da matemática aplicada aos filhos de comerciantes, artesãos, arquitectos e artistas, no que é agora a Itália do Norte. Pacioli leccionou nas escolas de ábaco, que começaram a existir no século XIII – instituições que começaram por ser elitistas e que posteriormente se estenderam às classes menos privilegiadas, mercantis e outras. «As escolas de ábaco não ensinavam a contabilidade, disciplina que era, à época, mais

Apresentação do livro de Hernâni Carqueja

«Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa e Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho No Ano de 1765». É este o título do livro de Hernâni O. Carqueja, editado este ano pela OTOC. A obra foi apresentada e distribuída no III Encontro de História da Contabilidade, em consequência do trabalho que o autor apresentara, um ano antes, no II Encontro. Domingues de Azevedo justificou a aposta na edição pela necessidade de «auxiliar a nossa memória, uma vez que o papel é uma das melhores formas de perpetuar no tempo o conhecimento, mesmo numa altura em que tanto de fala de desmaterialização.» Para o bastonário da OTOC, estamos perante «um trabalho delicioso, daqueles que introduz em qualquer um o bichinho da história e, também por isso, vale a pena eternizá-lo.» Hernâni Carqueja entrou pela via da modéstia: «Deixem-me fazer uma correcção: este livro não é meu, é de João Henrique de Sousa.» A afirmação é justificada pelo facto de boa parte das 366 páginas serem o fac-símile e respectiva correspondência para o português actual do texto do lente da Aula do Comércio. Seja como for, o professor universitário fez questão de salientar que «a OTOC cumpriu, com esta edição, uma promessa que tinha já várias décadas, suprimindo assim uma lacuna importante.» Lúcia Lima Rodrigues, em representação da CHC, garantiu estar-se em presença de «um trabalho muito bem feito» e de ser «gratificante observar como um Encontro de História da Contabilidade originou a publicação desta obra.»

aprendida pela prática. Os seus principais tópicos de ensino eram como resolver problemas relacionados com negócios, calcular juros, descontos em empréstimos, câmbios, medição, moedas, peso, etc», referiu Sangster. O «Summa» era um livro da autoria de Pacioli e constituiu uma autêntica referência nas escolas de ábaco. Alan Sangster elogiou as capacidades de docente do monge italiano: «Pacioli privilegiava a aprendizagem cognitiva e procurava ensinar uma habilidade aos seus estudantes, tendo em conta um contexto mundial verdadeiro, relevante para o aprendiz, facilitando, deste modo, a assimilação e o interesse». O escocês enalteceu os valores que Pacioli transmitia nas suas aulas: «A necessidade de ser ético nos registos contabilísticos e retirar qualquer possibilidade de fraude, promovendo registos tão fiáveis e exactos quanto possível». A técnica de leccionar assentava em dispositivos pedagógicos que reforçam a aprendizagem e a compreensão: a contextualização frequente e o resumo dos princípios mais importantes no fim, eram apenas alguns dos «truques» com o cunho de Pacioli. Sangster apelidou esta técnica de «segredo pedagógico».

Poucos investigadores produzem de forma sistemática

«A investigação em História da Contabilidade em Portugal nas duas últimas décadas», foi o tema apresentado em parceria por Ana Rita Faria e Joaquim Cunha Guimarães. Motivados, em boa medida, pela escassez de estudos empíricos que avaliem a situação e a evolução da investigação em

história, os autores decidiram inventariar os trabalhos produzidos no período compreendido entre 1990 e 2009. Ana Rita Faria, docente da Universidade do Algarve, começou por afirmar que «pese embora existir um número reduzido de investigadores que produz de forma sistemática, a investigação em história da contabilidade está melhor que nos anos 90». A professora uni-



Alan Sangster

versitária realçou, pela negativa, o sentimento de uma certa «relutância, por parte dos investigadores nacionais, em cooperar com colegas de outros países». No aturado esforço de pesquisa, Ana Rita Faria e Cunha Guimarães, debruçaram-se sobre publicações de contabilidade e de história da contabilidade editadas no território nacional, publicações de instituições de ensino superior com cursos superiores em Contabilidade, Gestão e áreas conexas, bem como revistas internacionais de história da contabilidade publicadas em língua inglesa. Como critérios de análise foram definidos os seguintes: quantidade de artigos, autoria, período estuda-

do e a área de estudo.

O desfile de dados estatísticos começou pelos artigos publicados em jornais e revistas nacionais, por portugueses e estrangeiros: 187. Quanto às comunicações apresentadas por portugueses em realizações científicas nacionais, o registo a que chegaram os investigadores foi de 79. Nos eventos nacionais com comunicações em História da Contabilidade, as jornadas de História da Contabilidade da CEHC-APOTEC somaram 54 comunicações, seguidas pelos congressos de contabilidade dos ISCA, com 19 comunicações, e as duas edições do Encontro de História da Contabilidade da OTOC, com 16.

No que diz respeito à produção de comunicações, por autor nacional, Delfina Rocha Gomes, regista 25, Lúcia Lima Rodrigues 23 e Manuel Benavente Rodrigues, 15. Precisamente Lúcia Rodrigues, presidente da Comissão de História de Contabilidade da OTOC, é a autora com mais publicações em revistas internacionais: dez no total, uma individual e nove em co-autoria. Ambas investigadoras pertencem à Universidade do Minho o que é apenas um indicador da aposta que esta instituição tem feito no domínio da História da Contabilidade. «Existe a particularidade de seis das 11 dissertações de mestrado e a tese de doutoramento na área da História da Contabilidade provêm da Universidade do Minho, entidade pioneira no ensino da matéria em Portugal», ressaltou Ana Rita Faria. Delfina Rocha Gomes é, de momento, a única autora com uma tese de doutoramento nesta área, concluída em 2007, com o título original: «*Accounting change in central government: the*

institutionalization of double entry bookkeeping at the portuguese royal treasury».

A concentração no século XVIII e XX de aproximadamente dois terços dos artigos portugueses publicados em revistas nacionais é explicada pelo facto de as raízes da contabilidade indígena estarem localizadas especialmente num desses períodos, aquando do aparecimento dos primeiros tratados de contabilidade em português, a criação da Junta do Comércio, em 1755, a Fundação da Aula do Comércio, em 1759 e, finalmente, o nascimento do Erário Régio, em 1761.

Os minutos finais deste painel ficaram reservados para Joaquim Cunha Guimarães recordar «os ensinamentos do mestre que partiu» e informar os presentes que se empenhou para que fosse possível homenagear, «merecidamente», na cerimónia do 10 de Junho, António Lopes de Sá, a pessoa que mais escreveu em língua portuguesa sobre Contabilidade e áreas conexas. Contudo, não foi possível. Para a história ficam os 178 livros escritos, os 13 mil artigos redigidos e o último livro, enviado do Brasil para Cunha Guimarães, no passado mês de Maio, que compilava as teorias do catedrático sobre as normas internacionais.

Falta de dinheiro e contabilidade criativa

É a contabilidade criativa uma criação dos tempos modernos? «A Importância da Contabilidade na Investigação em História Económica», título da comunicação de Maria Eugénia Mata, dá a resposta: não. Como é que a investigadora e docente universitária chegou a esta conclusão? Através

do estudo da primeira tentativa de construção de caminhos-de-ferro e de uma rede de estradas modernas em Portugal nos anos 40 do século XIX. Deitando mão aos registos contabilísticos da Companhia das Obras Públicas de Portugal, disponíveis no Arquivo Histórico do Banco de Portugal e dos registos das contas do Estado que se encontram na Torre do Tombo, a oradora explica como fracassou o negócio.



Alves da Silva

A Europa vivia, por aqueles anos, «um grande entusiasmo» nas obras públicas. Portugal, que estava a sair de um período complicado (invasões francesas, independência do Brasil, guerras internas), não queria ficar para trás. Mas os cofres depauperados do Tesouro falariam mais alto. Em 1844 foi fundada a Companhia das Obras Públicas de Portugal, com um capital inicial de 20 mil contos, a subscrever em prestações por um punhado de homens de negócios experientes. O modelo previa que a companhia adiantaria as somas necessárias e receberia obrigações do Estado à taxa, líquida de impostos, de seis

por cento, amortizáveis em prestações anuais em prazos compreendidos entre os 30 e os 60 anos. Desde logo surgiram problemas. Dos 20 mil contos de capital previstos, apenas foram subscritos 12 100. Os resultados financeiros do primeiro semestre de 1846, por exemplo, evidenciam que a companhia era lucrativa e os ganhos acumulados cifravam-se nos 113 contos. A dívida do Estado, contudo, ascendia já a 835 contos, fruto da turbulência política e da guerra civil. Para tentar ultrapassar a situação, o pagamento da dívida do Estado foi remetido para um Fundo Especial de Amortização. O que parece não ter resultado. Em 1848 deu-se início à liquidação das operações, tendo a Companhia terminado os seus registos contabilísticos em 1855. Seja como for, Maria Eugénia Mata afiança que as contas da companhia ilustram, além da prudência, «a não explicitação da verdade contabilística total.»

As histórias do TOC «papa-congressos»

Alves da Silva, um nome bem conhecido de todos os Técnicos Oficiais de Contas, abordou o tema «A contabilidade, os contabilistas e os congressos internacionais de contabilidade». Contador de histórias por excelência e um apaixonado pela «longa caminhada da História da Contabilidade», Alves da Silva revelou uma nova faceta que poucos conheciam, a de «papa-congressos». O primeiro Congresso de Contabilidade aconteceu em 1904, em Saint Louis, nos Estados Unidos. O próximo, o 18.º, será já em Novembro na longínqua Kuala Lumpur, capital da Malásia. Todavia, ao longo de

mais de um centenário de encontros, muitos episódios são dignos de partilhar e foi o que Alves da Silva fez, indiferente à lei do relógio. «No congresso de Sydney, em 1972, nasceu a ICCAP (*International Coordination Committee for the Accountancy*) que preparou a criação do novo organismo internacional – IFAC (*International Federation of Accountants*) e cuja acta da constituição foi assinada em Munique, a 7 de Outubro de 1977», lembrou. Mas foi na capital australiana que o inusitado aconteceu: a organização não esperava que houvesse portugueses a participar no evento que decorria na Oceânia e esqueceu-se da bandeira das quinas. Afinal, Portugal fez-se representar pela Sociedade Portuguesa de Contabilidade. Esse foi o ponderoso motivo para se suspender, temporariamente, a abertura do congresso. Cinco anos depois, na Alemanha,

viveu-se um congresso «histórico» e não apenas pelo teor do que se discutiu, segundo palavras do próprio Alves da Silva, que assistiu *in loco*. Cerca de seis mil pessoas reuniram-se no mítico Estádio Olímpico de Munique, para debaterem a Contabilidade, sendo as pausas aproveitadas para comer salsichas e beber cerveja, ao melhor estilo da *Oktoberfest*, a celebração popular mais representativa da Baviera. Alves da Silva procurou explicar aos presentes como funcionava a mecânica destes eventos: «Eram discutidos e analisados dezenas de relatórios e debatidas as várias correntes sobre o papel do contabilista na sociedade». Para meditar, e com indiscutível orgulho, lançou uma frase atribuída ao antigo presidente americano Franklin Roosevelt proferida na associação dos contabilistas americanos: «O contabilista exerce uma das

profissões de maior responsabilidade no mundo». Alves da Silva fez ainda um pouco de história sobre as organizações mundiais mais representativas no domínio da contabilidade e salientou a importância da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas estar inserida em diversas entidades com prestígio internacional, nomeadamente a *Federation des Experts Comptables* (FEE), «instituição a quem reconheço um papel decisivo na formação contínua dos contabilistas desde a sua fundação». Para finalizar, um olhar sobre o que aí vem: «Falar da história sem referir o futuro, não faz sentido», afirmou. Alves da Silva disse aguardar com expectativa a revisão do quadro conceptual do IASB e do FASB e, para rematar, revelou um desejo muito pessoal: «Quero ver se não morro sem ver a OTOC passar a Ordem dos Contabilistas».

OTOC e AECA celebram protocolo de colaboração



A realização do III Encontro de História da Contabilidade foi aproveitada para a assinatura do protocolo de colaboração entre a Comissão de História da Contabilidade da OTOC e a Comissão de História da Contabilidade da Associação Espanhola de Contabilidade e Administração de Empresas (AECA). O momento decorreu em Lisboa e reuniu os responsáveis máximos das instituições que nos países ibéricos regulam a profissão (Leandro Cañibano Calvo e Domingues de Azevedo, na foto) e os presidentes das respectivas comissões de História (Lúcia Lima Rodrigues e Esteban Hernández Esteve). De acordo com o bastonário da OTOC, o documento espelha «a necessária convergência para objectivos científicos e profissionais.»

O protocolo abrange a investigação em Contabilidade, a difusão de documentos publicados por qualquer das partes em igualdade de condições e, como frisou Domingues de Azevedo, «apresenta já formas de colaboração objectiva no que diz respeito à História da Contabilidade.» Cañibano Calvo foi parco em palavras, mas enalteceu «os trabalhos de História que já começaram a ser realizados pelas partes» e aproveitou para convidar os TOC a participarem no XIV Encontro da AECA que este ano se realizará no ISCAC, em Coimbra, nos dias 23 e 24 de Setembro. Os membros da OTOC pagarão a mesma taxa de inscrição que os membros da AECA (200 em vez dos 275 euros).

As contas de um ícone nacional

«A Contabilidade monástica no século XIX: O caso do Mosteiro de Santa Maria de Belém (1833)» foi o tema apresentado por Cátia Martins. Orientado por Leonor Fernandes Ferreira, trata-se de um trabalho em progresso na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Objectivo: apresentar e descrever o sistema contabilístico do Mosteiro de Santa Maria de Belém, também conhecido por Jerónimos, em pleno século XIX, tendo como ponto de partida a seguinte questão: este sistema contabilístico reflecte a sua actividade económica? De acordo com a investigação levada a cabo por Cátia Martins, predominava a actividade agrícola e cada livro do mosteiro correspondia a um centro de actividade: mosteiro, sacristia, cobranças, reparações e quinta. «As contas, sujeitas a um ciclo contabilístico anual, eram apresentadas na modalidade de regime de caixa, estando ausente o sistema de partidas dobradas», afirmou Cátia Martins. A investigadora da Nova concluiu que o escrivão preparava a informação e, posteriormente, o presidente *in capite* ou abade geral aprovavam os números que lhes chegavam. «O sistema contabilístico era composto por cinco livros mais um livro preparado para a inspecção», acrescentou. Para finalizar, Cátia Martins elencou como um dos principais contributos deste seu estudo «a reclassificação de livros atribuídos ao Mosteiro incorrectamente classificados na Torre do Tombo e levantamento dos livros e documentação existente em linguagem corrente».

Em jeito de conclusão, a oradora comunicou à assistência que não descarta alargar o âmbito do seu estudo a outros períodos da história, nomeadamente analisando «os custos de construção do mosteiro», um dos ícones da cidade de Lisboa.

Uma férrea disciplina real

Nem o facto de uma limitação prévia, o incêndio que destruiu as casas em 1755 ter restringido acesso a acervo importante,



Ana Rita Faria

impediu António Costa Reis de debruçar-se sobre «O regimento das casas da Índia e Mina - contabilidade, auditoria e práticas empresariais».

O pano de fundo para a investigação deste doutorando em Contabilidade nas Universidade do Minho e Aveiro é Portugal no centro do mundo, no período áureo dos Descobrimentos, com a intensificação das trocas comerciais com diversos países. O fluxo comercial intensificou-se logo a partir de 1500, com a partida de navios de carreira da Índia. O investigador, também docente no ISCAP, salientou, como

ponto de partida da sua exposição, «a grande e centralizadora intervenção régia em todas as actividades das casas». Em 1501, D. Manuel I agrega aos negócios da Casa da Guiné e Mina os tratos de Sofala e Índias. A atenção do poder local por esta actividade tem uma razão de peso: a contribuição da Casa das Índias para a receita total da coroa chegou a atingir os 65 por cento. «Grande» e «muito importante» era como o monarca definia o negócio que preenchia boa fatia das receitas que entravam nas arcas do reino. Estas estruturas, Casa da Guiné e Mina e Casa das Índias, estavam subordinadas a um regime específico: «Tratava-se de um conjunto de normas coercivas que regulamentam o funcionamento da organização. Um desses regimentos discriminava a composição do quadro de pessoal que integrava cada uma das casas», afirmou Costa Reis. Sobre o regime de faltas em vigor, verificava-se que as ausências desses elementos não eram descontadas nos respectivos vencimentos. O investigador explica, em detalhe, os procedimentos que vigoravam: «Constituíam uma penalidade pecuniária, igual para todos, que revertia para a obra da capela de São Tomé, 40 reis por uma hora e 25 reis, por meia hora. Posteriormente, o Rei suavizou esta penalidade, passando a examinar, pessoalmente, o livro de ponto». Mas as punições não se ficavam por aqui nem eram apenas de carácter monetário: «Os escrivães eram os mais visados e podiam mesmo ser despedidos no caso de lançamento em livro de factos que não tivessem presenciado; falta de envio ao rei, pelo Na-

Em Braga, o III Encontro decorreu num espaço a preceito: o magnífico e renovado Teatro Circo.



tal, do caderno dos contratos de vendas a crédito, ou o seu envio com erros ou omissões; não encerramento anual dos livros dos tesoureiros», referiu o autor.

A férrea disciplina real impunha que a pena aplicável ao feitor, aos tesoureiros e aos escrivães fosse perda de um ano de vencimento no caso de se registar atraso no recebimento de dívidas de vendas a crédito por um período superior a dois meses.

António Costa Reis identificou na sua investigação alguns conceitos inovadores para a época. Nas operações de aprovisionamento utilizava-se já o conceito de *stock* de segurança e quanto às vendas imperava o princípio sagrado, em especial na Casa das Índias, da «satisfação do cliente». Nas vendas a crédito duas preocupações emergiam: cobrar as dívidas no seu vencimento e não permitir a saída de mercadorias para clientes que estivessem em situação de incumprimento. Costa Reis precisou ainda que «o sistema de contabilidade preconizado para as casas era idêntico ao utilizado nas finanças públicas e conhecido na literatura como conta de carga e descarga».

Para concluir, António Costa Reis, no sentido de atestar a quase perfeição da Casa das Índias, citou o historiador Joel Serrão: «Uma máquina bem montada de administração e comércio em que o rei mercador, pouco confiante nos seus funcionários, estabelece um sistema que permite que todos se fiscalizem entre si».

Sistema moderno e racional

Repetente da anterior edição do Encontro de História de Contabilidade, João Miguel Oliveira apre-

sentou este ano o tema «A gestão de resultados: o caso da companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro (1756-1834)». Actualmente a preparar o doutoramento em história da contabilidade, João Miguel Oliveira começou por elencar as principais actividades da CGAVAD: exclusivo do comércio vinícola para os principais portos do Brasil, a concessão de empréstimos aos lavradores e a fiscalização vinícola na região demarcada.

O orador aponta que a concepção do sistema contabilístico da CGAVAD, entre 1756 e 1826, tinha como fonte de inspiração o modelo seguido na Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

«O que a evidência empírica parece demonstrar é o grande cuidado posto pelos sucessivos governos no acompanhamento próximo das actividades da companhia e na promoção de um sistema contabilístico moderno e racional», esclareceu João Miguel Oliveira. As pressões eram várias e de diversas proveniências: Estado, accionistas e membros das juntas. O primeiro desejava actividades e resultados estáveis, controlando o crédito e promovendo o cálculo dos juros; os segundos ambicionavam fluxos anuais e adequados de dividendos; finalmente, os membros das juntas, tudo faziam para maximizar as comissões durante os respectivos mandatos.

As primeiras contas da companhia referem-se ao período entre 1756 e 1760, sendo que a partir de 1761 o apuramento de resultados torna-se anual, sem variação de método. As principais actividades que contribuíram para os lucros da companhia eram o vinho de embarque, de ramo e aguardente.

A boa cooperação entre a Contabilidade e a Economia

Em Braga, os participantes do III Encontro não tiveram oportunidade de assistir à apresentação de Maria Eugénia Mata. Em contrapartida, e no belo cenário do renovado Theatro Circo, Maria de Fátima Brandão apresentou uma comunicação, da sua autoria e de João Francisco Ribeiro, com o título «A Contabilidade não é só para quem a faz: alguns exemplos da História Económica e da Economia». O que se pretendeu mostrar? Que os registos contabilísticos das congregações religiosas têm servido para estabelecer as condições económicas da sua existência e evolução dentro do contexto das economias europeias e que a Contabilidade e os seus registos, enquanto fontes primárias, são de extrema importância para os historiadores económicos. «Os registos contabilísticos permitem, por exemplo, ter uma ideia da produção agrícola, das rendas pagas, permitem estimar a produção de determinada quinta, a produção da zona onde, por exemplo, se insere a abadia e a partir daí tentar avançar com um cálculo do produto interno do país», referiu a professora da Faculdade de Economia do Porto.

Mas os livros de registos antigos escondem muito mais. E disso mesmo deu conhecimento Fátima Brandão: «Os registos permitem ter também uma ideia sobre a dissolução dos mosteiros e perceber que a sua dissolução no século XIX se ficou a dever, sobretudo, a questões políticas.»

Se a importância da Contabilidade na História Económica fica assim evidenciada, a oradora foi mais longe e, no caso da Economia, fez referência ao modo como

ideias e conceitos contabilísticos têm permitido desenvolver importantes áreas do conhecimento económico. É o caso, referiu, do sistema de contas ou balanço.

A Contabilidade como motor de desenvolvimento da escrita

«A escrita não foi inventada para relatar grandes feitos, elevar heróis ou fazer leis. Foi a Contabilidade que motivou o aparecimento e desenvolvimento da escrita.» A posição poderá ser sempre alvo de controvérsia mas foi defendida, sem rodeios, pelo último orador, Esteban Hernández Esteve que, ao longo de uma hora, na conferência de encerramento, falou sobre «*Orígenes de la Enseñanza Comercial Moderna. Introducción de los Números Árabicos en Europa y Prácticas Contables Anteriores a la Introducción de la Escritura.*»

Aquela posição, que o eminente orador espanhol defendeu ser já aceite nos meios científicos, assenta no facto de ter sido «a necessidade de apresentar e levar contas que provocou o aparecimento da escrita.» Seja.

A “aula” do catedrático começou, no entanto, por revelar outros ensinamentos. Para Hernández Esteve, «o comércio é tão antigo quanto a Humanidade» e a educação comercial moderna atingiu a sua maturidade quando se introduziram e popularizaram na Europa os números árabes e quando se inventou a contabilidade por partidas dobradas. «A introdução dos números árabes na Europa foi mais demorada e laboriosa do que parece. É surpreendente como um sistema numérico tão operativo, quando comparado com o romano, demorou tantos séculos a ser aceite.»

Esta delonga, referiu o também

presidente da Comissão de História da Contabilidade da AECA, ficou a dever-se «à luta acesa e prolongada que se estabeleceu entre aqueles que defendiam o uso do ábaco, ou seja, a numeração romana e os partidários da nova numeração. Estamos a falar de algo que demorou séculos.»

Um dos marcos decisivos para a adopção dos números árabes, inspirados em caracteres india-



Esteban Hernández Esteve

nos, terá sido o desenvolvimento da educação comercial, cujos primeiros passos foram dados em Itália. Hernández Esteve aponta a escola de Pisa como a primeira escola comercial, em 1241 e refere Leonardo Fibonacci e a sua obra *Liber Abaci*, de 1202, como a primeira que apresenta apenas numeração árabe.

Nas escolas de ábaco, refere Esteve, «ensinava-se aritmética e contabilidade» e, no que se refere a esta última, o catedrático espanhol aponta um fenómeno curioso: «Existe um grande número de documentos a respeito da aritmética mercantil que chegaram até nós das escolas de ábaco italianas, mas não há um único texto sobre as partidas dobradas. Isto

demonstra bem o cuidado que os mercadores italianos tinham para conservar esse segredo.» Só com Luca Pacioli, já no século xv, é que o cenário se alterou...

Numa viagem que cruzou milénios, Esteban Hernández falou do matemático árabe Al-Khwarizmi e da tradução da sua obra do ano 825 *Algoritmi de Numero Indorum* para latim, em 1130, onde constavam os números árabes e do triângulo La Rioja, Santa Maria de Ripoll e Aurillac onde primeiro surgiram os números árabes no Ocidente, conduzindo ainda a plateia até paragens longínquas e díspares para se debruçar sobre alguns dos primeiros artefactos conhecidos que expressavam contas. Foi assim que surgiram as referências ao «Lemombo Bone», datado de há cerca de 35 mil anos ou o «Ishango Bone», com cerca de 20 mil anos ou aos quipos, um instrumento de cordões usados pelos incas que podiam ser coloridos ou não, onde cada nó significava uma mensagem diferente. A posição do nó, bem como a sua quantidade, indicavam valores numéricos e deixavam antever «uma contabilidade bem mais sofisticada.»

Porque o dia ia já longo, em Lisboa e Braga, a sessão de encerramento foi breve e ficou a cargo do bastonário Domingues de Azevedo e da presidente da CHC, Lúcia Lima Rodrigues. Oportunidade, sobretudo, para reforçar a ideia da necessidade de encontros como aquele a que se acabara de assistir: «Um TOC tem que estar, nos dias que correm, muito bem preparado, tem que ser polivalente. E isso passa por conhecer o nosso passado.» ❀



Reportagem disponível em: www.youtube.com/user/OrdemTOC